

ATA DA 744ª SESSÃO PLENÁRIA
ORDINÁRIA DO CONSELHO
FEDERAL DE ECONOMIA,
REALIZADA NOS DIAS 15 E 16 DE
AGOSTO DE 2025, EM BRASÍLIA-DF.

PARTICIPANTES: Os economistas Tania Cristina Teixeira – presidenta; João Manoel Gonçalves Barbosa – vice-presidente; Antonio Corrêa de Lacerda; Ana Cláudia Albuquerque Arruda Laprovitera, Carlos Alberto Safatle, Carlos Roberto de Castro, Claudemir Galvani, Fabíola Andréa Leite de Paula, Flávia Vinhaes Santos, Gustavo Casseb Pessoti, Kerssia Preda Kamenach, Maria de Fátima Miranda, Maria do Socorro Erculano de Lima, Mônica Beraldo Fabrício da Silva, Paulo Dantas da Costa, Paulo Hermance Paiva, Paulo Roberto Polli Lobo, Pedro Afonso Gomes e Teresinha de Jesus Ferreira da Silva – conselheiros federais. Esteve presente à sessão o economista Júlio Flávio Gameiro Miragaya. Presença virtual: Clovis Benoni Meurer, Denise Kassama Franco do Amaral, Elis Braga Licks e Lucia dos Santos Garcia. Presentes ainda: Aline Tales Ferreira, superintendente; Fábio Ronan Miranda Alves, procurador-geral; Ana Cláudia Ramos Pinto, coordenadora; Renata Reis Almeida, coordenadora de Comunicação; Edna Barroso Machado, Paulo Roberto Samuel Alves Júnior e Rielisson Barbosa de Moura, assessores; e, Jane Lopes da Silva, assessora da Presidência e do Plenário. (*áudio, manhã, 15.08.2025 – 00:00:07 – 02:17:47*). **1. Abertura da Sessão Plenária. 1. Abertura.** Às dez horas e dez minutos a presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, deu início à reunião.. *1.1. Justificativas de ausência. Conselheiros Federais.* Não Houve. *1.2 Conselheiro Federal Suplente convocados pelo rodízio:* Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera (Rodízio). *1.3 Conselheiros Federais Suplentes convidados:* Antonio Corrêa de Lacerda e Paulo Dantas da Costa. **2. Expediente. 2.1. Atas das Sessões anteriores:** 742ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia, realizada nos dias 30 e 31 de maio de 2025; Tribunal Superior de Ética de 30 de maio de 2025 e 743ª Sessão Plenária Extraordinária Virtual do Conselho Federal de Economia, realizada no dia 27 de junho de 2025. Minutas colocadas em votação e aprovadas por unanimidade. *2.2. Informes da Presidência, representação institucional e participação em eventos; Informes da Presidência.* O Conselho Federal de Economia e o Conselho Regional de Economia da 10ª Região - MG celebrarão convênio com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (IPEAD), com o objetivo de ampliar a divulgação do Boletim de Conjuntura Econômica, elaborado pela Fundação IPEAD. A parceria buscará fortalecer a articulação institucional entre os partícipes e fomentar a contribuição qualificada de membros dos Conselhos de Economia para o aprimoramento do conteúdo da publicação. **Participação em eventos/representação Presidência: Tania Cristina Teixeira.** Participou com o conselheiro federal, Antonio Corrêa de Lacerda, de reunião com bastonário da ordem dos economistas de Portugal, António Mendonça, para tratar de assuntos relacionados aos economista dos dois países, no dia 17 de junho de 2025, em formato virtual; Participou junto ao conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda da Audiência Pública sobre “Elevadas taxas de juros no Brasil: entraves para a reindustrialização brasileira, a transição energética e a descarbonização”, evento organizado pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (CEDES) da Câmara dos Deputados, no dia 02 de julho de 2025, em Brasília-DF; Participou da abertura do Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores junto ao economista Júlio Miragaya, no dia 1º de agosto de 2025, em Brasília-DF; Participou como palestrante da Aula Inaugural do segundo semestre letivo

de 2025, falando sobre conjuntura internacional em evento organizado pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), no dia 05 de agosto de 2025, em Montes Claros-MG; Participou da Sessão Solene em comemoração ao Dia do Economista, evento organizado pelo gabinete do Deputado Distrital João Cardoso conjuntamente com o Corecon-DF, no dia 13 de agosto de 2025, em Brasília-DF. **Participação em eventos/representação Vice-Presidência: João Manoel Gonçalves Barbosa.** Participou da 117ª Reunião Ordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, no dia 17 de junho de 2025, no Conselho Federal de Contabilidade, em Brasília-DF; Participou da Reunião do Grupo de Trabalho Interministerial que trata a Portaria CC/PR Nº 466, 15 de abril de 2025, evento organizado pela Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ), no dia 24 de junho, em Brasília-DF. **Participação em eventos: Conselheiros e Colaboradores.** O conselheiro federal José Luiz Pagnussat participou do Fórum de Debate Econômico do Distrito Federal, que teve como tema central a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Ampliada (PDAD-A), evento organizado pelo Corecon-DF, no dia 5 de junho de 2025, em Brasília-DF; a conselheira federal Denise Kassama Franco do Amaral participou do lançamento da obra “A Amazônia do Futuro e o Futuro da Amazônia: A Economia Verde é a Nossa Bala de Prata?”, evento organizado pelo Corecon-AM/RR, no dia 05 de junho de 2025 na Biblioteca do ICBEU, em Manaus-AM; a conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva participou da reunião do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), evento organizado pelo MCCE, no dia 11 de junho de 2025 no formato virtual; o procurador geral do Cofecon, Fábio Ronan Miranda Alves, participou da reunião para discutir a Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022, que altera a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, evento organizado pela Cooperativa de Crédito Sicredi, no dia 17 de junho de 2025, na sede da Sicredi, em Brasília-DF; a conselheira federal Maria do Socorro Erculano de Lima participou da 12ª Reunião com Reguladores, que teve como tema “Fiscalização Desafios e Melhores Práticas”, evento organizado pelo Coaf/Cofir, no dia 18 de junho de 2025, no formato virtual; a presidenta do Corecon-DF, Luciana Acioly da Silva, participou da solenidade de apresentação dos resultados do biênio 2023/2024 do CEDES, evento organizado pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos, no dia 09 de julho de 2025, em Brasília-DF; a conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva participou da reunião do Comitê Nacional do MCCE, evento organizado pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, no dia 16 de julho de 2025, em formato virtual; o conselheiro federal Pedro Afonso Gomes participou da palestra do Ministro Augusto Nardes (Tribunal de Contas da União - TCU) com o tema: “Futuro da Previdência Social”, evento realizado pela Câmara de Profissionais Registrados nos Conselhos e Ordens do Estado de São Paulo, no dia 24 de julho de 2025, em São Paulo-SP; o conselheiro federal Omar Corrêa Mourão Filho participou do 48º Encontro Nacional de Estudantes de Economia, evento organizado pela Federação Nacional dos Estudantes de Economia (Feneco), de 28 de julho a 01 de agosto, na Universidade Federal do Pará, em Belém-PA; a conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva participou da reunião do Comitê Nacional do MCCE, evento organizado pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, no dia 06 de agosto de 2025, em formato virtual; a conselheira federal Maria de Fátima Miranda e a economista Valquíria Aparecida Assis, membro da Comissão de Desenvolvimento Regional, participaram do 29º ENESUL – Encontro dos Economistas da Região Sul e do 5º Encontro dos Peritos em Economia e Finanças da Região Sul, com o tema: “Integração Regional, Gestão Hídrica e Sustentabilidade no Sul do Brasil: Planejamento, Emergência Climática e Desenvolvimento Econômico”, evento organizado pelo Corecon-SC, de 07 a 08 de agosto de 2025, em Florianópolis-SC; a

conselheira federal Maria do Socorro Erculano de Lima participou da abertura do Encontro dos Economistas do Estado do Tocantins, no dia 11 de agosto de 2025, na Universidade Federal do Tocantins, em Palmas-TO; O conselheiro federal Omar Corrêa Mourão Filho participou do lançamento do livro referente aos 60 anos de história do Corecon-PA/AP, evento organizado pelo Corecon-PA/AP, no dia de 13 de agosto de 2025; a conselheira federal Fabíola Andréa Leite de Paula participou da abertura do 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária, evento organizado pela Secretaria de Economia Popular e Solidária – MTE, no dia 13 de agosto de 2025, no palácio do planalto, em Brasília-DF; a conselheira federal Elis Braga Licks participou do XXX Prêmio Espírito Santo de Economia, em comemoração aos 50 anos do Corecon-ES, no dia 14 de agosto de 2025, em Vitória-ES. **Matérias e Entrevistas: Presidenta, Conselheiros federais e colaboradores. 10 de junho - [A atualização da legislação profissional do economista](#)** - Artigo de opinião de Pedro Afonso Gomes*, conselheiro federal. Segundo texto integrante da série intitulada Mercado de Trabalho para o Economista Profissional Liberal; **23 de junho - [Lacerda analisa cenário econômico nacional e global](#)** - Conflito no Oriente Médio, alta da Selic, revisão de benefícios fiscais e acordo automotivo com a Argentina foram alguns dos temas comentados pelo conselheiro federal no Jornal da Cultura na última quarta-feira (18); **2 de julho - [Avaliação econômica de empresas, ativos tangíveis e intangíveis e passivos ocultos](#)** - Artigo de opinião de Pedro Afonso Gomes*, conselheiro federal. Terceiro texto integrante da série intitulada Mercado de Trabalho para o Economista Profissional Liberal; **10 de julho - [No Jornal da Cultura, Lacerda analisa cenário econômico](#)** - Conselheiro federal comentou indicadores econômicos, desafios regionais, usos da inteligência artificial e queda nos preços dos alimentos; **10 de julho - [Tania Teixeira critica tarifas de Trump: “Extrapolam limites das boas práticas diplomáticas e comerciais”](#)** - Presidenta do Cofecon falou ao jornal O Tempo sobre o anúncio realizado nesta quarta-feira (09). Tarifas de 50% para exportações brasileiras entrarão em vigor no dia 1º de agosto; **10 de julho - [Lacerda vê anúncio de Trump como possível blefe para eventual negociação](#)** - Falando ao Estadão, conselheiro apontou que há precedentes de que “os anúncios do republicano não se materializam na prática”; **11 de julho - [Róridan e Miragaya comentam impactos do tarifaço de Trump](#)** - Integrantes da Comissão de Política Econômica do Cofecon abordaram diferentes consequências. Róridan vê um dólar mais caro e queda de preços nos produtos domésticos, enquanto Miragaya classificou o anúncio como absurdo; **11 de julho - [Tania Teixeira: “Resposta brasileira deve ter firmeza e serenidade”](#)** - Matéria publicada pelo Jornal GGN contendo reações às tarifas de Trump trouxe falas da presidenta do Cofecon e do presidente do Corecon-SP; **18 de julho - [Queda do Índice de Miséria Ampliado indica bases mais sólidas para os mais pobres](#)** - Artigo de autoria de João Hallak Neto (conselheiro do Corecon-RJ e integrante do Conselho Editorial da Revista Economistas) e Marília Bassetti Marcato, publicado originalmente na Folha de S.Paulo; **18 de julho - [Lacerda analisa impactos das tarifas de Trump para o Brasil](#)** - Conselheiro federal participou do programa Visão Crítica, da Jovem Pan News, e defendeu pragmatismo e ação ao negociar e buscar alternativas; **22 de julho - [Lacerda: “Talvez nem os norte-americanos tenham se dado conta do estrago”](#)** - Conselheiro federal analisa impacto das tarifas sobre o comércio global. Para Antonio Corrêa de Lacerda, é hora de o Brasil fortalecer o intercâmbio regional; **22 de julho - [Meta de inflação irreal alimenta juros excessivos e freia o crescimento](#)** - Artigo da presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, publicado originalmente no jornal O Tempo; **23 de julho - [Atuação do/a economista em perícias judiciais e extrajudiciais](#)** - Artigo de opinião de Pedro Afonso Gomes, conselheiro federal. Este é o quarto texto da

coletânea “Mercado de Trabalho para o Economista Profissional Liberal”; **24 de julho** - [Mudar a meta de inflação é fundamental para baixar a taxa de juros e impulsionar a economia](#) - Análise de Carlindo Rodrigues de Oliveira, economista e consultor, sobre os riscos da atual meta de inflação e seus impactos sobre os juros e o crescimento; **31 de julho** - [Tania Teixeira, sobre taxa Selic: “São quase 10% de juros reais”](#) - Presidenta do Cofecon falou ao portal Uol sobre a decisão do Copom. Após sete altas consecutivas, o colegiado decidiu pela manutenção da taxa Selic em 15%; **31 de julho** - [Tania Teixeira: “Comércio intrarregional vem aumentando, mas ainda não é expressivo”](#) - Presidenta do Cofecon falou ao jornal O Tempo sobre a possibilidade de o bloco ser uma alternativa para escoar produtos não vendidos para os Estados Unidos após o anúncio das tarifas de 50%; **31 de julho** - [Por que o Brasil não pode ceder a Trump em agosto](#) - Artigo de autoria de Eduardo Araújo (ex-conselheiro do Conselho Federal de Economia), publicado originalmente no portal A Gazeta; **1 de agosto** - [Lacerda comenta tarifas de Trump, globalização e papel do BRICS](#) - Conselheiro federal falou ao programa Fechamento, da CartaCapital, e analisou as motivações por trás das tarifas, bem como seus impactos no comércio internacional, no papel do dólar e no PIB brasileiro; **4 de agosto** - [Oportunidades de trabalho para economistas a partir dos dispositivos do Código Civil Brasileiro](#) - Artigo de opinião de Pedro Afonso Gomes, conselheiro federal. Este é o quinto texto da coletânea “Mercado de Trabalho para o Economista Profissional Liberal”; **6 de agosto** - [A Inteligência Artificial, mudanças do trabalho e os economistas](#) - Artigo de opinião de autoria da conselheira federal Lucia Garcia, publicado originalmente no [Jornal dos Economistas](#); **11 de agosto** - [Conselheiro comenta expansão do BRICS e desdolarização](#) - Em matéria publicada pelo UOL, Antonio Corrêa de Lacerda destaca avanços e desafios do bloco econômico, que busca ampliar o uso de moedas locais e ganhar relevância frente ao G7; **11 de agosto** - [Lacerda: “Nenhum país se desenvolveu sem um relevante papel da indústria”](#) - Em debate na Fespsp, conselheiro federal destacou a importância estratégica do setor, a necessidade de superar mitos econômicos e os desafios impostos por crises globais.

2.3. Informes dos conselheiros federais; Os Conselheiros Federais apresentaram relatos sobre suas participações e representações em eventos institucionais e técnicos.*2.4. Informes dos coordenadores das Comissões Permanentes, Temáticas e Grupos de Trabalho do Cofecon;* Os coordenadores das Comissões Permanentes, Temáticas e dos Grupos de Trabalho do Cofecon relataram as atividades já realizadas, bem como aquelas que estão em andamento. (áudio, tarde, 15.08.2025 – 00:00:01 – 01:37:56).

3. Processos Administrativos e Contábeis. 3.1. Balancete do 3º. Trimestre de 2024 do Corecon-AC (Processo SEI nº 141123.000002/2024-10); O conselheiro federal Pedro Afonso Gomes, apresentou voto vista pela aprovação do balancete, nos seguintes termos: “De acordo com as leis, orientações do Tribunal de Contas da União e resoluções do Cofecon aplicáveis à prestação de contas de administradores, a aprovação de contas não representa sancionar atos ilícitos, irregulares ou ilegais dos responsáveis pela gestão financeira e dos que deveriam fiscalizá-los. Basta que os demonstrativos contábeis representem, com a máxima precisão, o que ocorreu, no período analisado. É o caso em comento, em que, com o auxílio do setor contábil do Cofecon, o balancete do 3º. trimestre conseguiu demonstrar o real estado financeiro das contas do Corecon-AC, em setembro de 2024. Os fatos narrados no relatório de intervenção apresentado em 15/07/2025, com ricos detalhes, constam, sinteticamente, no Balancete do 3º. Trimestre de 2024. É o suficiente para que, em processos disciplinares, administrativos e judiciais, o Cofecon possa investir contra os gestores e os conselheiros que deveriam fiscalizá-los, em virtude do cometimento do crime de apropriação indébita de valores previdenciários retidos de colaboradores e da prescrição da ação de cobrança de anuidades, em valor correspondente à estimada arrecadação de quatro exercícios. Tais irregularidades, exigiram do Cofecon

desembolsar quantia significativa, que pertence aos economistas brasileiros em geral, e que deve ser ressarcida. Concluindo, o subscritor entende que, presentes os requisitos formais para aprovação do Balancete do 3º. Trimestre de 2024 do Corecon-AC, deve ele ser aprovado pelo Plenário do Cofecon”. Após os esclarecimentos, o processo foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. 3.2. *Prestação de Contas de 2024 do CORECON-AC (Processo SEI nº 141123.000004/2025-90)*; O conselheiro federal Pedro Afonso Gomes, apresentou voto vista pela aprovação da prestação de contas de 2024, nos seguintes termos: “De acordo com as leis, orientações do Tribunal de Contas da União e resoluções do Cofecon aplicáveis à prestação de contas de administradores, a aprovação de contas não representa sancionar atos ilícitos, irregulares ou ilegais dos responsáveis pela gestão financeira e dos que deveriam fiscalizá-los. Basta que os demonstrativos contábeis representem, com a máxima precisão, o que ocorreu, no período analisado. É o caso em comento, em que, com o auxílio do setor contábil do Cofecon, a prestação de contas conseguiu demonstrar o real estado financeiro das contas do Corecon-AC, ao final do exercício de 2024. Os fatos narrados no relatório de intervenção apresentado em 15/07/2025, com ricos detalhes, constam, sinteticamente, na Prestação de Contas de 2024. É o suficiente para que, em processos disciplinares, administrativos e judiciais, o Cofecon possa investir contra os gestores e os conselheiros que deveriam fiscalizá-los, em virtude do cometimento do crime de apropriação indébita de valores previdenciários retidos de colaboradores e da prescrição da ação de cobrança de anuidades, em valor correspondente à estimada arrecadação de quatro exercícios. Tais irregularidades, exigiram do Cofecon desembolsar quantia significativa, que pertence aos economistas brasileiros em geral, e que deve ser ressarcida. Concluindo, o subscritor entende que, presentes os requisitos formais para aprovação da Prestação de Contas de 2024 do Corecon-AC, deve ela ser aprovada pelo Plenário do Cofecon”. Após os esclarecimentos, o processo foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. 3.3. *Processos Contábeis*; O presidente da comissão de tomada de contas, Paulo Hermance Paiva apresentou os seguintes processos para homologação: - Balancete do 2º trimestre de 2025 do Conselho Federal de Economia e dos Conselhos Regionais de Economia, sem ressalvas: Processo 141100.000236/2025-14 (Cofecon) e Processo 141111.000135/2025-14 (Corecon-DF). Os processos foram colocados em votação e aprovados por unanimidade. Na sequência, a conselheira Maria do Socorro Erculano de Lima apresentou os processos também sobre balancete do 2º trimestre de 2025: Processo 141113.000141/2025-43 (Corecon-AM/RR) e Processo 141122.000074/2025-58 (Corecon-PI). Os processos foram colocados em votação e aprovados por unanimidade. A conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva apresentou o Processo 141125.000326/2025-19 (Corecon-TO). Colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. O presidente da comissão de tomada de contas, Paulo Hermance Paiva, apresentou para homologação o processo de Reformulação Orçamentária de 2025 do Conselho Federal de Economia, sem ressalvas: Processo 141100.000156/2025-51 (Cofecon). Colocado em votação foi aprovado por unanimidade. Em continuação, o presidente da comissão, apresentou para homologação a Prestação de Contas de Auxílio Financeiro: Processo 141110.000065/2025-04 (Corecon-MG), Seminário dos Estudantes de Economia de Minas Gerais - Edição 2025, Valor concedido: R\$ 6.376,88. Colocado em votação, aprovado por unanimidade. 3.4. *Processos de Fiscalização e Registro Profissional*; A conselheira federal Maria do Socorro Erculano de Lima apresentou seu voto pelo conhecimento e negando provimento ao recurso de cancelamento de registro dos seguintes interessados: Processo 141102.000068/2025-39 (Corecon-SP), Interessado: Vinicius de Souza Roz; Processo 141110.000133/2025-27 (Corecon-MG), Interessada: Maria Laura de Resende Paiva; Processo 141102.000062/2024-81 (Corecon-SP), Interessado: Geraldo Santiago de Sá Leitão Junior; Processo 141102.000046/2025-79 (Corecon-SP), Interessado: Norberto Bellodi; Processo 141106.000379/2024-87 (Corecon-PR), Interessada: Fernanda Garcia Monterosso Martins; Processo 141110.000132/2025-82 (Corecon-MG), Interessado: Gustavo Vasconcelos Ribeiro; Processo 141110.000133/2025-27 (Corecon-MG),

Interessada: Maria Laura de Resende Paiva; Processo 141104.000254/2024-77 (Corecon-RS), Interessada: Cristina Maria dos Reis Martins; e Processo 141102.000380/2024-41 (Corecon-SP), Interessada: Maria Ivone Rodrigues. Em votação, aprovados por unanimidade. A conselheira federal Maria de Fátima Miranda apresentou seu voto pelo conhecimento e negando provimento ao recurso de cancelamento de registro dos seguintes interessados: Processo 141102.000230/2025-19 (Corecon-SP), Interessado: Cleverlânio Silva Gomes; Processo 141102.000158/2025-20 (Corecon-SP), Interessado: Matheus da Silva Fernande; Processo 141102.000345/2024-22 (Corecon-SP), Interessado: Marcio Deschamps Milan; Processo 141102.000973/2025-99 (Corecon-SP), Interessado: Roberto Piva; Processo 141102.000147/2024-69 (Corecon-SP), Interessado: Luiz Henrique Lissoni; e Processo 141102.000102/2024-94 (Corecon-SP), Interessado: Carlos Augusto Militelli. Em votação, aprovados por unanimidade. A conselheira federal Mônica Beraldo Fabrício apresentou seu voto pelo conhecimento e negando provimento ao recurso de cancelamento de registro dos seguintes interessados: Processo 141106.000036/2024-12 (Corecon-PR), Interessado: Ednei Ferreira; Processo 141106.000175/2024-46 (Corecon-PR), Interessada: Rafaela Maria Graciano Carnevale; Processo 141106.000166/2024-55 (Corecon-PR), Interessado: Felipe Junior Vieira; Processo 141106.000052/2024-13 (Corecon-PR), Interessado: Thiago Pegoretti Moser; e Processo 141102.000108/2025-42 (Corecon-SP), Interessado: Renato Mitsuo Tano. Em votação, aprovados por unanimidade. O conselheiro federal Paulo Hermance Paiva apresentou seu voto pelo conhecimento e negando provimento ao recurso de cancelamento de registro dos seguintes interessados: Processo 141106.000140/2024-15 (Corecon-PR), Interessado: Sergio Galperin Osna; Processo 141110.000130/2025-93 (Corecon-MG), Interessado: Mateus Soares Galindo; Processo 141100.000207/2025-44 (Corecon-RJ), Interessado: Gabriel Marinho de Araújo; Processo 14110.000138/2025-50 (Corecon-MG), Interessado: Eduardo Santos Parreira; Processo: 141106.000358/2024-61 (Corecon-PR), Interessado: Thiago Costa Nogueira; e Processo 110000940.000192/2023-82 (Corecon-SP), Interessado: Southern Cross Ltda. Em votação, aprovados por unanimidade. A conselheira federal Maria de Fátima Miranda apresentou seu voto pelo conhecimento e negando provimento ao recurso de remissão de débitos dos seguintes processos: Processo 141101.000016/2025-72 (Corecon-RJ), Interessado: Secon Economia Sociedade Simples Ltda e Processo 141100.000173/2025-98 (Corecon-RJ), Interessado: Paulo Roberto Cavalcante de Brito. Em votação, aprovados por unanimidade. A conselheira federal Mônica Beraldo Fabrício apresentou seu voto pelo conhecimento e negando provimento ao recurso de obrigatoriedade de registro: Processo 141102.000500/2025-91 (Corecon-SP), Interessada: (Luciana) Yeung Luk Tai. Após a apresentação do relato, o processo foi submetido à votação e aprovado por maioria. O conselheiro federal Pedro Afonso Gomes absteve-se de votar. O conselheiro federal Paulo Hermance Paiva apresentou seu voto pelo conhecimento e negando provimento ao recurso de remissão de débitos: Processo 141100.000174/2025-32 (Corecon-RJ), Interessado: Luis Ricardo Ferreira. Em votação, aprovado por unanimidade. A conselheira federal Mônica Beraldo Fabrício apresentou seu voto pelo não conhecimento do recurso de cancelamento de registro: Processo 141100.000107/2025-18 (Corecon-MS), Interessada: Maria Eduarda Russi Selhorst. Com a apresentação do voto, o processo foi levado à votação e aprovado por unanimidade. O conselheiro federal Paulo Hermance Paiva apresentou seu voto pelo conhecimento e provimento ao recurso de cancelamento de registro do seguinte processo: Processo 141100.000204/2024-20 (Corecon-MG) e Interessado: Banco Sul América Scandinavian S.A. - Banco Mais S.A. Em votação, aprovado por unanimidade. A conselheira federal Mônica Beraldo Fabrício apresentou

seu voto pelo conhecimento do recurso e provimento do pedido de suspensão do registro, reformando a decisão proferida pelo Corecon-RJ: Processo 141100.000206/2025-08 (Corecon-RJ) e Interessado: Krongnon.W. Souza Regueira. Após lido o relato, o vice-presidente do Cofecon, João Manoel Gonçalves Barbosa solicitou vista ao referido processo. 3.5. *Processos de Auxílio Financeiro*; A conselheira federal Maria de Fátima Miranda apresentou para aprovação os seguintes processos de pedido de apoio financeiro: - Processo 141100.000215/2025-91 (Unimontes), Auxílio Financeiro: XXI Semana de Economia, R\$ 5.500,00. Em votação, aprovado por unanimidade. - Processo 141104.000140/2025-16 (Corecon-RS), Auxílio Financeiro: CBE 2025, R\$ 67.754,35. Em votação, aprovado por unanimidade. - Processo nº 141100.000219/2025-79 (ABED), Auxílio Financeiro: Prêmio Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira de Teses e Dissertações em Economia, R\$ 6.128,08. Em votação, aprovado por unanimidade. Na consequência, a conselheira federal Kerssia Preda Kamenach apresentou seu relato favorável aos seguintes processos de pedido de apoio: - Processo 141100.000176/2025-21 (ANGE), Auxílio Financeiro: XL Congresso da ANGE 2025, valor aprovado: R\$ 17.536,42. Em votação, aprovado por unanimidade. A referida relatora conselheira apresentou o pedido de apoio ao Processo SEI nº 141100.000170/2025-54 (SBFin), Auxílio Financeiro: Projeto Escla SBFin, valor: Financeiro e institucional, o voto da relatora é pelo indeferimento do auxílio financeiro. Colocado em votação o voto pelo indeferimento, foi aprovado. Por fim, a conselheira apresentou o processo nº 141100.000217/2025-80 (AKB), Auxílio Financeiro: XVIII Encontro da Associação Keynesiana Brasileira, R\$ 6.376,88. Em votação, aprovado por unanimidade. **Antecipação do Item 4. 4. Ordem do Dia.** 4.1. *Decisões Ad Referendum do Plenário: 4.1.1. Deliberação nº 5.119, de 25 de julho de 2025. Aprova auxílio financeiro para realização do III Seminário Nacional da Mulher Economista e Diversidade*; A presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, apresentou as justificativas para a emissão da deliberação *ad referendum* para apreciação. As deliberações foram então apresentadas, colocadas em votação e aprovadas por unanimidade. 4.1.2. *Resolução nº 2.186, de 29 de julho de 2025. Prorrogar as datas para realização do 10º Desafio Quero Ser Economista - 2025*; A presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, apresentou as justificativas para a emissão da deliberação *ad referendum* para apreciação. As deliberações foram então apresentadas, colocadas em votação e aprovadas por unanimidade. 4.3. *Alteração de dispositivo do Capítulo 5.1.0 da Consolidação da Legislação Profissional do Economista - Consultas e os pedidos de orientação formulados pelos Conselhos Regionais ao conselho Federal de Economia (Processo SEI nº 141100.000221/2025-48)*; o relator conselheiro federal Pedro Afonso Gomes, coordenador da Comissão de Normas e Legislação, apresentou seu voto nos seguintes termos: "Voto favorável à aprovação da alteração no subitem 6.2.5 do item 6 do capítulo 5.1.0 da Consolidação da Legislação da Profissão de Economia – CLPE. Referido dispositivo regula as consultas e os pedidos de orientação formulados pelos Conselhos Regionais ao conselho Federal de Economia. Diz o texto ora vigente: 6.2.5 – Quaisquer consultas e pedidos de orientação encaminhados pelos Conselhos Regionais ao Conselho Federal de Economia devem ser instruídos com a manifestação prévia das respectivas assessorias jurídicas, ressalvada a hipótese de matéria urgente que não revista de complexidade nem requeira o fornecimento de maiores subsídios documentais ou informativos. Embora o Cofecon, nos anos mais recentes, não tenha sido rígido quanto às exigências desse dispositivo, por um dos princípios da administração pública – o de eficiência – cabe, ajuízo deste relator, que seja feito um ajuste na norma. A uma, porque é reconhecida a carência de recursos humanos próprios e de contratados externos pela maioria dos Corecons, em especial os relativos à assessoria jurídica especializada, que, em existindo, deve direcionar seus esforços para atividades de arrecadação. A duas, porque manter a regra atual pode inibir consultas e pedidos de orientação, gerando procedimentos diferentes e

até mesmo divergentes no Sistema, em prejuízo da categoria, anomalia que o Decreto 31.794/1952, regulamentador da Lei 1.411/1951, determinou que não ocorresse, quando incluiu entre os deveres do Cofecon, em seu art. 30, inciso “I”: “tomar todas as providências que julgar necessárias para (como responsável que é pela orientação e disciplina dos Conselhos Regionais) manter uniformemente, em todo o país, a necessária e devida orientação dos referidos Conselhos”. Assim sendo, a nova redação proposta para esse dispositivo é a seguinte: “6.2.5. As consultas e os pedidos de orientação formalmente encaminhados pelos Conselhos Regionais de Economia ao Conselho Federal de Economia deverão ser acompanhados dos elementos técnicos e documentais indispensáveis à plena compreensão do pleito e à adequada análise da demanda, especialmente quando envolverem propostas de alteração normativa.” Pelas razões expostas, voto pela aprovação da proposta de alteração ora apresentada”. O voto do relator foi apresentado e aprovado por unanimidade. (áudio, manhã, 16.08.2025 – 00:09:48 – 02:24:24)

Continuação do item 3.5. Processos de Auxílio Financeiro. A conselheira relatora Mônica Beraldo Fabrício apresentou seu voto favorável para os seguintes pedidos de auxílios financeiros: - Processo nº 141104.000314/2025-32 (Corecon-RS), Auxílio Financeiro: Gincana Nacional de Economia 2025, Valor aprovado: R\$ 35.869,95; Submetido a votação, o apoio financeiro foi aprovado por unanimidade; - Processo nº 141115.000067/2025-45 (Corecon-MA), Auxílio Financeiro: Prêmio Maranhão de Economia-2025, Valor aprovado: R\$ 4.500,00; após a leitura do voto da relatora, o conselheiro federal Pedro Afonso Gomes apresentou sua consideração no sentido de racionalizar os pedidos de apoio financeiro, de modo que todos os Conselhos Regionais possam ser atendidos. Em seguida, a conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva sugeriu a elaboração de um edital no início do ano, destinado à solicitação de apoio financeiro. A presidente do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, ressaltou a importância de analisar, em momento oportuno, a forma como os recursos são distribuídos aos Conselhos Regionais de Economia, considerando as condições e necessidades específicas de cada regional. O apoio financeiro foi colocado em votação e aprovado por unanimidade; - Processo 141100.000198/2025-91 (Corecon-PB), Auxílio Financeiro: XIV Prêmio Paraíba de Economia, Valor aprovado: R\$ 3.000,00. Após a apresentação do voto da relatora e os devidos esclarecimentos, o apoio financeiro foi aprovado por unanimidade; - Processo nº 141116.000107/2025-49 (Corecon-SE), Auxílio Financeiro: 24º Prêmio Sergipe de Economia 2025, valor aprovado: R\$ 3.000,00. O apoio financeiro foi unanimemente aprovado após ser submetido a votação.

4. Ordem do Dia. Continuação. 4.2. 4ª Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas 2025 (Processo SEI nº 141100.000181/2025-34); a relatora, conselheira federal Elis Braga Licks, coordenadora da Comissão de Responsabilidade Social e Economia Solidária, apresentou a minuta do regulamento do Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas, com as modificações para esta edição, bem como as adaptações sugeridas pela Comissão de Normas. Em seguida, o regulamento foi submetido à votação e aprovado por unanimidade.

5. Nota de Conjuntura Econômica. 5.1. Nota Oficial sobre Conjuntura Econômica; Relator: conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda, coordenador da Comissão de Política Econômica. A minuta da nota foi apresentada e após discussão e adequações, foi aprovada, por maioria, nos seguintes termos: “Nota oficial: Progressividade do imposto de renda e distribuição de renda. O Brasil encontra-se em uma conjuntura paradoxal: ao passo que os setores conservadores da sociedade, sobrerrepresentados no Parlamento, articulam-se para evitar avanços na agenda de desenvolvimento nacional e inclusão social (e, em alguns aspectos, até conquistando vitórias em pautas regressivas), por outro lado a crescente mobilização social, em grande parte deflagrada e impulsionada pelos setores populares e progressistas, consegue colocar na pauta da agenda nacional, em particular daquele mesmo Parlamento, temas de grande relevância na busca por maior equidade, justiça

social e desenvolvimento econômico do país. Exemplos desses temas são o fim da jornada 6×1 e, mais concretamente, reformas no sistema tributário nacional. Este último aspecto ganhou relevo com a apresentação de projetos de lei pelo Executivo, quando se logrou avanços com a aprovação da primeira etapa da Reforma Tributária, focada nos tributos indiretos, e que ainda carece de urgente finalização de sua regulamentação para entrada em vigor nos próximos anos. Não obstante, a efetiva transformação que essa reforma pode trazer (no sentido de corrigir injustiças e, sobretudo, apontar para um sistema progressivo e indutor de redução da iníqua desigualdade social brasileira) só virá com a aprovação de sua segunda etapa, focada agora nos tributos diretos, em especial no imposto de renda. Para tanto, é urgente que o parlamento acelere a tramitação dos projetos que visam a atingir aquele objetivo, aprovando em especial o PL 1087/25 (apresentado pelo Executivo em março e até agora sem aprovação sequer na primeira casa, a Câmara dos Deputados). Esse projeto de lei prevê ampliação da faixa de isenção total do IRPF para rendas mensais até R\$ 5 mil (ou R\$ 60 mil anuais) e redução da tributação para a faixa seguinte (até R\$ 7.350 conforme relatório em tramitação), concomitante com maior tributação da faixa superior de renda, com alíquotas progressivas para rendimentos acima de R\$ 600 mil anuais, chegando à alíquota de 10% para rendimentos a partir de R\$ 1,2 milhão/ano. É um primeiro passo (essencial, mas ainda insuficiente) para se redirecionar a tributação da renda para um vetor de maior progressividade. Interessante observar que, se a tabela do IRPF não sofresse, ao longo dos anos, um sistemático e iníquo congelamento, certamente a faixa de isenção já estaria próxima dos valores que ora se discutem e o país estaria agora discutindo outros avanços no modelo tributário, visto que este PL em curso apenas corrige uma distorção do sistema, que voltará a se verificar caso não sejam adotados mecanismos de correção periódica daquela tabela, algo que seria salutar que o próprio projeto já previsse na nova lei. Entretanto, novos avanços são imprescindíveis: há que se tramitar e aprovar, também, outros projetos apresentados pelo Executivo há mais tempo, visando ao prosseguimento da reforma tributária da renda e do patrimônio. Citamos, como exemplo, a revogação parcial da isenção da tributação sobre lucros e dividendos distribuídos, para valores que superarem R\$ 50 mil mensais, garantindo-se pelo menos uma alíquota efetiva de 10% sobre a renda desses indivíduos, e buscando minimamente aproximar-se da tributação sobre a renda do trabalho. Essa isenção foi concedida e vigora no país desde a Lei nº 9.249, de 1995, e se traduz em rara exceção internacional. Outros itens possíveis de avanços nessa tributação do imposto de renda (também já apresentados ao parlamento) são a tributação de lucros e dividendos distribuídos para residentes no exterior, ou mesmo a taxa adicional para contribuintes de alta renda, uma forma de agilizar e dar efetividade à tributação sobre grandes fortunas, tão falada e nunca aplicada. Também a maior tributação sobre heranças seria algo recomendável, na etapa de reforma sobre os tributos que incidem sobre o patrimônio, e que indiretamente atenderiam ao clamor dos estados como eventual compensação de receita por perdas na isenção do IRPF para baixas rendas; assim como a tributação do IPVA sobre jatos executivos ou veículos aquáticos de luxo, que reverteria em maior receita para estados e municípios e apontaria para maior justiça tributária no país. São esses os pontos que o Conselho Federal de Economia (Cofecon) defende como mínimos e essenciais para a agenda de reformas a cargo do País neste segundo semestre de 2025, de modo que possam entrar em vigor já a partir do próximo exercício".

6. Outros Assuntos. O conselheiro federal Clovis Benoni Meurer prestou informações sobre a organização do XXVI Congresso Brasileiro de Economia. A presidente do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, apresentou a manifestação dos funcionários do Sistema Cofecon/Corecons, que

445 apoiam a realização do encontro em formato online ou híbrido, para possibilitar a
446 participação daqueles que não possam comparecer presencialmente. O coordenador do
447 XXVI Congresso, Clovis Benoni Meurer, informou que não haverá impedimentos para a
448 realização do evento no formato híbrido. A presidente do Cofecon, Tania Cristina
449 Teixeira, informou que o convite para o XXVI CBE será estendido também aos
450 conselheiros suplentes, e solicitou que todos tomem uma decisão rápida, considerando o
451 custo da emissão das passagens aéreas. **Encerramento.** A presidenta do Cofecon, Tania
452 Cristina Teixeira, agradeceu a presença de todos e, às 13h, deu por encerrados os trabalhos, dos
453 quais eu, Jane Lopes da Silva, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada por
454 mim e pela presidenta da Sessão. Brasília, dezesseis de agosto de dois mil e vinte e cinco.

455 **Econ. Tania Cristina Teixeira**

456 Presidenta do Cofecon

Jane Lopes da Silva

Secretária *ad hoc*